PREFÁCIO

INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL: entre avanços e recuos

João Henrique Salles Jung¹

Julia Hoechner Silveira Martins²

O século XXI é marcado, em âmbito global, por um aprofundamento contínuo das relações políticas e econômicas entre os países. As tradicionais dinâmicas de colonialismo e imperialismo dão lugar a um sistema mais complexo, em que se estabelecem também relações de interdependência mútua e no qual são criados diversos blocos e organismos internacionais. Não apenas as decisões militares de cada país têm influência internacional, mas também as definições nas áreas econômicas passam a ter reflexos cada vez mais expressivos, considerando-se um perceptível processo de globalização da economia. Nesse contexto, cada Estado torna-se mais interdependente mundialmente, de forma que a política externa ganha uma maior dimensão nas decisões internas, estas que devem levar cada vez mais em conta o cenário internacional.

Na política externa brasileira, destacam-se duas tendências distintas, uma marcada pelo alinhamento automático aos Estados Unidos e às outras potências tradicionais e outra pela busca de uma maior autonomia no cenário internacional. Esta última, originada em 1930, no governo de Vargas, desenvolveu-se ao longo do século XX, adquirindo um caráter cada vez mais autônomo e assertivo. Iniciada como uma política de barganha, que visava apenas a uma menor dependência norte-americana, sem deixar de lado o principal parceiro comercial, a vertente independentista tornou-se mais radical com o desenrolar do século, e o governo passou a buscar uma maior multilateralidade em suas relações econômicas e diplomáticas, aproximando-se de parceiros não tradicionais.

A partir do século XXI, com os governos de Lula e de Dilma Rousseff, a tendência independentista se intensificou e o país ampliou suas relações com países de todos os

continentes. Durante o governo de Lula, a política externa assumiu um papel primordial para o Estado, que investiu muito na diplomacia e ganhou uma maior visibilidade em âmbito internacional. Não apenas pelo forte crescimento econômico, mas também por sua maior articulação política, o Brasil foi tomado como uma potência emergente, o que lhe garantiu um maior poder em âmbito externo. A liderança do país na formação de blocos internacionais e regionais, como o MERCOSUL, os BRICS, o G20 e a ALCA, bem como sua participação mais ativa em organismos tradicionais como na ONU, na OMC e no BM, refletem a mudança de postura do país em escopo mundial. O governo de Dilma, por sua vez, diminuiu a atenção à política externa, ainda que tenha seguido com a linha independentista. O Brasil perdeu, relativamente ao governo anterior, o engajamento nos organismos internacionais e sua visibilidade como potência emergente, tanto por sua menor articulação internacional quanto pela queda em seu desempenho econômico.

O BRICS é abordado de maneira especial nesta edição através de entrevista concedida pelo Prof. Dr. Fabiano Mielniczuk à Novas Fronteiras. Sendo um dos maiores especialistas de BRICS no Brasil, Fabiano Mielniczuk, que foi Coordenador de Pesquisas do BRICS Policy Center, aborda questões que partem desde a relevância da instituição no cenário internacional até a importância da presença brasileira na mesma.

Partindo de tais questões apresentadas, a quarta edição da Revista Novas Fronteiras aborda a importância dos temas internacionais para o Estado brasileiro, reunindo artigos que analisam a inserção brasileira no âmbito externo e a influência do sistema internacional no contexto interno. Contendo um dossiê Brasil com trabalhos que abordam temáticas referentes à potência Sul-Americana, a Novas Fronteiras pensa

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais na ESPM-Sul e em Ciências Sociais pela UFRGS. Editor-Chefe da Novas Fronteiras e monitor de pesquisa sobre Política Externa Brasileira pela ESPM-Sul. Email: joaojung@outlook.com.

² Estudante de graduação em Relações Internacionais na ESPM-Sul e em Ciências Econômicas pela UFRGS. Editora-Assistente da Revista Novas Fronteiras. Email: juliahoechnersm@gmail.com.

em maneiras de refletir a posição política brasileira no Sistema Internacional. Além das pesquisas com enfoque no país, outros dois artigos trazem temas que vão do terrorismo ao novo colonialismo indireto na África.

Esta edição da *Novas Fronteiras* inicia com o artigo intitulado **“Percepções Do Brasil Sobre O Plano De Integração De Simón Bolívar Para A América Latina”**, com a autoria de Caroline Chagas de Assis, Josiane Simão Sarti e Gabriela Pedrassani Zwirter. O trabalho trata sobre o projeto de integração latino-americano e as percepções brasileiras a respeito desta iniciativa que vem desde os tempos de Simón Bolívar. Com ênfase no Congresso do Panamá de 1826, e a respectiva intenção de unificar a América Latina em um movimento pan-americanista, o artigo costura o contexto das revoluções de independência na região e a luta contra a hegemonia europeia em busca de autonomia. Por se aproximar do velho mundo em diversas ocasiões e ser o único império no continente, o Brasil, ao mesmo tempo em que é visto como uma ameaça, também é percebido como um importante ator para a consolidação dos ideais emancipatórios. Confrontando as visões dos países latino-americanos com as do Império de D. Pedro I, em relação à região, o artigo mostra os avanços e contratempos do Bolívarianismo na região e as suas respectivas consequências.

O segundo artigo é assinado pelo estudante Artur Faileiro Naiditch e possui o título: **“A Cobra Vai Fumar”: A Participação Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Ao resgatar a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no contexto da Segunda Grande Guerra, o trabalho analisa a influência do evento na posição brasileira frente ao Sistema Internacional e à sua política interna, como o fim do vínculo entre o Estado Novo de Vargas e o fascismo devido à adesão brasileira aos aliados. O artigo traz elementos particulares da participação brasileira na guerra, como uma narrativa dos fatos ocorridos em campo de batalha, além da já citada análise das consequências políticas da participação brasileira na guerra. Ao fazer considerações do pós-guerra e da nova configuração do mundo pré-Guerra Fria, são apresentados ainda alguns fatos, como a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o estabelecimento do Brasil como potência regional.

Dando sequência ao dossiê Brasil, o artigo **“Obstáculos E Retrocessos: A Política Externa Brasileira Para A África Nos Governos Sarney (1985-1990) E Collor (1990-1992)”**, escrito pelo estudante Felipe Rocha de Carvalho, possui como intuito explicar a relação entre o Brasil, em fase de transição democrática, e a África, que se via conturbada pela busca de emancipação. Com uma breve contextualização, o período central abordado pelo texto vai de 1985 a 1992, época de redemocratização do Brasil e de grandes processos de mudanças internas. Nesse cenário de incertezas, a relação com o continente africano se dá através de crises conjuntas. Durante o período Sarney, os desafios da grave crise econômica e das

transformações políticas do país tiraram as atenções da política externa; com Collor, impulsionado pela mentalidade neoliberal, que marcou a década de 90, e a aproximação com os países do norte, a África passou a ser relegada a um segundo plano. Com inspirações na recente aproximação entre o Brasil e o continente africano durante o governo Lula, esse trabalho traz os antecedentes que marcaram esta evolução política.

O artigo **“O Corpo Humano como arma de guerra”**, assinado pela estudante Victória Bellini, concede uma nova perspectiva ao que até então se viu nesta edição. O foco desse estudo está voltado para o terrorismo e para a respectiva capacidade do corpo humano em se tornar uma arma letal. Estabelecendo conexões entre alguns grupos de libertação nacional como o IRA e o Hamas, o trabalho explora as táticas terroristas utilizadas na greve de fome na Irlanda em 1981 e nos ataques suicidas de palestinos em nome do Hamas. Algumas características são também analisadas para a melhor compreensão do senso de comunidade estabelecido entre os grupos. Questões como valores, religião, nacionalismo e motivações são observados para estabelecer um paralelo entre as atividades realizadas por grupos terroristas e o comprometimento que os indivíduos colocam entre o seu próprio corpo e a causa defendida. Aspectos sociológicos são utilizados para diversificar as ações entre o IRA e o Hamas ao defender que há vontade de morte em um grupo e no outro não.

O trabalho que encerra esta edição, cuja autoria pertence a João Paulo de Moura Alves, intitula-se **“Da Guerra ao Terror à presença chinesa na África: a criação do AFRICOM e a sua lógica”**. A pesquisa resgata o período que sucedeu a Guerra Fria e a breve configuração unipolar do Sistema Internacional. Com a emergência de novos atores – com destaque à China e ao ressurgimento da Rússia – a África se viu como agente de disputa entre as grandes potências, as quais encontram maneiras de manter o continente africano em fase de dependência e ainda exploram os seus vastos recursos energéticos. A AFRICOM é o extrato da política externa americana para a região e surge como contraponto à forte presença chinesa no continente. Segundo o autor, as relações de subordinação e de dominação informal se perpetuam na África em uma nova corrida estabelecida por grandes players que buscam, através de atitudes benevolentes, mostrar legitimidade na exploração da região.

Felizes pelo resultado obtido através do amplo processo de seleção de artigos envolvido nesta edição, apresentamos uma revista que aborda temas pertinentes para a sociedade hoje e que traz consigo implicações que norteiam a grande política. Com uma grande qualidade analítica e descritiva, os autores mostram a competência acadêmica e intelectual que o aluno de graduação já possui e certifica-nos cada vez mais a respeito da importância do trabalho de uma revista científica voltada a futuros bacharéis. Desejamos uma reflexiva leitura, e que o caminho do saber esteja sempre à frente daqueles que o procuram.